

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.045

## TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO E AS INTER-RELAÇÕES COM A SEXUALIDADE – REVISÃO INTEGRATIVA

Helen Cristiane da Silva Theodoro<sup>1</sup>

Ailton Barcelos da Costa<sup>2</sup>

### RESUMO

O desenvolvimento de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) pode ser um grande desafio, especialmente quando se trata de questões relacionadas à sexualidade. Esse tema pode ser delicado tanto para as próprias pessoas com TEA quanto para seus familiares, professoras/es e pessoas próximas. Neste caso, ocorre a junção de duas concepções cercadas por mitos, estigmas e preconceitos – sexualidade e deficiência. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo compreender o que as produções nacionais têm apontado sobre o desenvolvimento da sexualidade das pessoas com TEA. Para isso, realizamos sem recorte temporal, no mês de abril de 2025, um levantamento dos estudos empíricos indexados no Periódicos CAPES, que tratassem sobre a sexualidade de pessoas com TEA. Utilizando os termos de busca “autis\*” AND “sexualidade”, obteve-se 26 resultados e, após a leitura dos títulos, 10 estudos foram selecionados. Os artigos duplicados foram excluídos e, ao final oito artigos foram analisados com base na técnica da análise de conteúdo. Os resultados revelam que a sexualidade de pessoas com TEA é

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UF, [helenstheodoro@gmail.com](mailto:helenstheodoro@gmail.com);

2 Doutor em Educação Especial e Pós-doutorando pela Universidade Federal de São Carlos – SP, [ailton.barcelos@ufscar.br](mailto:ailton.barcelos@ufscar.br).

frequentemente negligenciada, sendo marcada por infantilização, estigmas e silenciamentos. A maioria dos estudos destaca o papel central das mães como as principais cuidadoras de suas/seus filhas/os com TEA, mas, também, como agentes reprodutoras de normas cisheteronormativas. Apesar das dificuldades comunicativas entre pais e filhas/os, pessoas com TEA relatam desejos e experiências afetivo-sexuais que demandam escuta ativa e respeito à singularidade. Divergências teóricas emergem entre abordagens biomédicas e aquelas pautadas no paradigma da neurodiversidade, tanto quanto em questões culturais e ambientais. Evidencia-se, ainda, a escassez de programas de educação sexual inclusiva e de pesquisas com recorte interseccional. Conclui-se que é urgente promover políticas públicas e práticas pedagógicas que reconheçam a sexualidade como direito e dimensão constitutiva da experiência humana, desafiando perspectivas capacitistas e promovendo a cidadania plena de todo ser humano.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Transtorno do Espectro do Autismo, Sexualidade.

## INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) têm se tornado cada vez mais tema em destaque nas pesquisas científicas nos últimos anos (Santos; Elias, 2018; Schmidt *et al.*, 2016). A busca por compreender a infinitude da natureza humana e, diante disso, poder contribuir significativamente para os processos educacionais e de desenvolvimento têm se tornado o foco de muitas/os pesquisadoras/es.

Pesquisas recentes (Maenner *et al.*, 2021; Maenner *et al.*, 2020; Málaga *et al.*, 2019; Baio *et al.*, 2018) apontam para um crescimento exponencial do número de diagnósticos de TEA, configurando-o como a desordem do neurodesenvolvimento mais prevalente no mundo.

Com o aumento das taxas de diagnóstico de TEA, o número desses estudantes que entram e saem do sistema educacional, Ensino Fundamental e Ensino Médio, aumentou consideravelmente, como indicam dados recentes sobre prevalência de TEA nos Estados Unidos, passando de 2,79% em 2019 para 3,49% em 2020 (Li *et al.*, 2022), enquanto o *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC) em 2014 indicava uma taxa de 1,69% (Baio *et al.*, 2018).

O TEA, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (DSM-V) (APA, 2014), é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento descrito por déficits persistentes na comunicação e interação social em múltiplos contextos; padrões restritos e repetitivos de comportamento; interesse ou atividades, manifestados por movimentos; falas e manipulação de objetos de forma repetitiva e/ou estereotipada; déficit na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação, usados para interação social; e, incapacidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Essas características estão presentes desde o início da infância, limitando e/ou prejudicando as atividades de vida autônoma dessas pessoas.

Entretanto, o prejuízo funcional diante das atividades cotidianas poderá variar de acordo com as características da pessoa e do ambiente

no qual ela está inserida (APA, 2014). Para o DSM-5 TR (APA, 2023), essa condição pode ser classificada com base na gravidade em relação à interação e comunicação: necessidade de apoio, instrução substancial, apoio intensificado. Já, a definição dada pelo DSM-V (APA, 2014), converge com o disposto na legislação brasileira (Brasil, 2012; 2015) ao definir o TEA como uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações significativas na comunicação social e comportamentos restritos e repetitivos, que variam em grau e intensidade. Contudo, enquanto a lei enfatiza o reconhecimento jurídico e os direitos da pessoa com TEA, o DSM-V (APA, 2014) foca na caracterização clínica e diagnóstica do transtorno (Brasil; 2012; 2015).

De todo modo, quando tratamos do desenvolvimento de pessoas com TEA, é comum que pais e demais familiares estejam envolvidos nesse processo desde o nascimento da criança. Todavia, nos primeiros anos de vida, geralmente, ocorre a busca por tratamentos e terapias que possibilitem a pessoa com TEA ter uma vida – o mais próxima possível –, dos padrões socialmente aceitos. Nesse momento, respeitada as características individuais, há uma corrida contra o tempo para as intervenções precoces; terapias ocupacionais, da fala e comportamentais; psicológicas; educacionais; medicamentosas, e demais suportes na busca por tornar a/o filha/o mais desenvolvido possível.

Ao falar das condutas familiares ocorridas, principalmente, na primeira infância é comum que pais e/ou responsáveis estejam focados na busca pela/o filha/o ideal. Como determinado por Bravo-Benítez *et al.* (2019), muitos pais tendem a entrar em um processo de luto diante do diagnóstico de TEA recebido pela/o filha/o. A perda da/o filha/o idealizada/o, a tristeza por não saber como agir e as incertezas diante do desenvolvimento, pode fazer com que os pais se sintam despreparados e distantes. Nesta perspectiva, pode ocorrer que assuntos ligados a sexualidade não sejam considerados importantes durante o desenvolvimento da infância das pessoas com TEA.

Não obstante a isso, é comum que com o passar dos anos – principalmente com a chegada da puberdade e adolescência – os pais sintam a necessidade em desenvolver em suas/seus filhas/os a capacidade de realizar a leitura de “pistas” não verbais presentes no ambiente, assim como o reconhecimento de gestos e expressões faciais de outras pessoas. Essa capacidade é um mecanismo essencial para o desenvolvimento socioemocional, tanto quanto para o estabelecimento e manutenção dos relacionamentos sociais; compreensão e respeito às normas cultas presentes na sociedade; concepção dos limites próprios e do “Outro”; iniciar e/ou manter interações/relacionamentos afetivos e/ou sexuais; discernimento dos sentimentos e emoções; ou seja, poder estar adequada/o e incluída/o nos mais variados contextos etc. (Dekker et al., 2014; Ottoni; Maia, 2019).

Ainda nesse sentido, identifica-se entre as pessoas com TEA que, na adolescência, aumenta-se a probabilidade de vivenciar esse processo como uma experiência negativa e as chances de comportamentos sexuais socialmente inadequados (Dewinter et al., 2016).

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de suporte prévio às famílias para o enfrentamento de mudanças, reconhecendo-se o seu papel na construção de relações afetivas e de cuidado, proporcionando interações contínuas que permitam o desenvolvimento de habilidades socioemocionais para uma vivência saudável da sexualidade das/os adolescentes que impactarão diretamente nas práticas da vida adulta (Silva et al., 2018).

Dentro de uma perspectiva geral do papel parental, Gergely e Rusu (2021) afirmam que os pais são os primeiros educadores sexuais de suas/seus filhas/os, típicos e atípicos. É, no ambiente familiar que as primeiras aprendizagens relacionadas ao corpo; autocuidado; vestimentas; normas sociais; e demais informações diretas (mais objetivas – cuidar do próprio corpo; anatomia humana; sexo biológico; reprodução) e indiretas sobre sexualidade (noções de beleza; gênero; orientação sexual; identidade; lutas sociais; representatividade; etc.) são vivenciadas.

Levando isso em consideração e, diante do cenário nacional brasileiro, indagamos sobre as dimensões do TEA e suas inter-relações com o desenvolvimento da sexualidade desse público. Justifica-se desse modo, realizar um levantamento das pesquisas nacionais, sobre esta temática, a fim de conhecermos o que as pesquisas têm evidenciado e relatado ser essenciais para o desenvolvimento global dessas pessoas. No próximo tópico, tratamos sobre Sexualidade, Educação Sexual e TEA – o saber científico, base teórica desse capítulo.

## SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E TEA - O SABER CIENTÍFICO

A sexualidade, nasce e morre conosco, mutando-se ao longo das fases do desenvolvimento, configurando-se direito fundamental humano para o exercício pleno da cidadania (Theodoro, 2022). A *World Health Organization* (WHO; 2022, p. 5); define que a sexualidade é “um aspecto central do ser humano ao longo da vida que engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução”. Para além disso, a sexualidade humana engloba fatores culturais, políticos, econômicos, religiosos e biopsicossociais que são experimentados, ou não, nas interações sociais ao longo da vida (WHO, 2022).

Sobre a Educação Sexual, Zerbinati e Bruns (2017) já defendiam que se trata de um tema contemporâneo e de extrema necessidade ao desenvolvimento humano. É, por meio da educação sexual que se realiza o ensino dos temas ligados a sexualidade, podendo ser realizada dentro dos processos educacionais formais, não-formais ou informais de ensino, respeitando-se as fases do desenvolvimento, demandas coletivas e individuais. A prática da educação sexual tem como foco o desenvolvimento global do ser humano, garantindo, acima de tudo, a proteção de seus direitos (UNESCO, *et al.*, 2018).

Para além dessas definições, é importante compreendermos que, quando tratamos sobre a sexualidade podem ocorrer vários desafios. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a sexualidade é tida como um

tema delicado e desconfortável para muitas pessoas, o que pode dificultar a abordagem por parte de muitas famílias e demais instituições. Do mesmo modo, sofrendo a interferência das questões políticas, culturais e religiosas, a sexualidade pode ser compreendida de maneira errônea, difundir mitos, preconceitos e atitudes discriminatórias sobre vários públicos, como no caso das pessoas com deficiência e TEA.

Maia e Ribeiro (2010), ao tratarem sobre os mitos e estereótipos direcionados a sexualidades das pessoas com deficiência, indicam que comumente essas pessoas são tratadas como: a) assexuais – não possuindo nenhuma manifestação da sexualidade, seja no corpo, pensamento ou ação; b) hipersexuadas – desejos e ações sexuais completamente fora de controle e sem leitura ambiental, inclusive com exposições públicas da genitália e/ou de masturbação; c) deserotizadas – incapazes de manifestar qualquer tipo de desejo ou atração, afetiva e/ou sexual, em outras pessoas; d) disfuncionais – incapazes de usufruir do sexo como ato prazeroso; e) esterilização simbólica – havendo a negação da capacidade reprodutiva e do exercício da parentalidade por essas pessoas.

Ao abordarmos essas concepções capacitistas relacionadas a sexualidade das pessoas com TEA, é importante considerar que, muitas vezes, as famílias tendem a exercer mecanismos de infantilização e/ou de superproteção dessas pessoas. Consideradas eternos “anjos azuis”, as pessoas com TEA tendem a terem negada a manifestação da sua sexualidade, principalmente quando não possuem recursos de comunicação estabelecidos, o que implica no aumento da marginalização desse público. Conforme destacam Strini, Melo e Zeoti (2025), a negação ou o apagamento da sexualidade de pessoas com TEA constitui uma forma concreta de capacitismo, uma vez que desconsidera sua condição de detentoras de desejo, autonomia e direitos. Não obstante a isso, o próprio estigma relacionado ao TEA, compromete o desenvolvimento da sexualidade dessas pessoas, pois gera múltiplos efeitos negativos sobre a saúde mental e o bem-estar dessas pessoas. Segundo Turnock, Langley e Jones (2022), a percepção social do autismo é moldada por um conjunto de interpreta-

ções e representações públicas e profissionais, articuladas à forma como os “traços autistas” se manifestam de modo visível. Ou seja, em contextos marcados pelo estigma, observa-se a tendência de pessoas com TEA recorrerem ao uso de estratégias de camuflagem, para ocultar ou minimizar traços tidos como característicos (ex. terapias em habilidades sociais e comportamentais; treinos para extinção das estereotípias etc.) para se adequar às expectativas sociais, o que frequentemente resulta em sofrimento psíquico e exaustão emocional, o que vai prejudicar diretamente o desenvolvimento da identidade e sexualidade.

Maggio et al. (2022), Solomon, Pantalone e Faja (2019) ao tratar do desenvolvimento da sexualidade das pessoas com TEA na perspectiva da WHO (2022), esclarecem que o desenvolvimento da sexualidade pode diferir de pessoas neurotípicas, principalmente quando se trata dos aspectos ligados a comunicação social, conscientização sexual e processamento sensorial. Nesta perspectiva, a educação sexual direcionada a este público deve atender as especificidades de cada pessoa, mas, acima de tudo “manter explicações curtas e factuais, usar linguagem breve, específica e concreta, apresentar informações visualmente (como uso de vídeos), envolver os pais, e enfatizar resolução de problemas e *role-play*” (Solomon; Pantalone; Faja, 2019, p. 346).

Brown-Lavoie, Viecili e Weiss (2014), realizaram uma pesquisa sobre conhecimento sexual e vitimização em adultas/os com TEA. Participaram 95 pessoas com TEA e 117 pessoas sem TEA, via internet, recrutadas em instituições do Canadá e Estados Unidos. Os resultados mostraram que, os principais obstáculos no desenvolvimento da sexualidade estão direcionados a comunicação social, processamento sensorial e compreensão das nuances não verbais presentes no ambiente – como gestos, expressões corporais, de sentimentos e emoções. Os autores demonstraram que, a ausência de educação sexual assertiva e direcionada as individualidades das pessoas com TEA, pode fazer com que elas se mantenham mais suscetíveis as situações de abuso e violência sexual, não consigam estabelecer

e/ou manter relacionamentos e/ou ainda, se sintam inseguras quanto a autoimagem e desenvolvimento da identidade.

Em continuidade, estudos anteriores realizados no início da década de 2000, mostraram que pessoas com TEA experimentam solidão mais intensamente e com mais frequência do que suas contrapartes não autistas (Bauminger; Kasari, 2000; Bauminger *et al.*, 2003), o que pode ser decorrente da ausência de comunicação entre pais e filhas/os, distanciamento com os familiares, vivência do processo de aceitação da condição da/o filha/o etc., o que atrasa o desenvolvimento da sexualidade desse público. Apesar de, às vezes, experimentarem dificuldades com interação social, pesquisas têm demonstrado que as pessoas com TEA possuem interesses em conexões sociais com outras pessoas (Benford; Standen, 2009; Davidson, 2008).

No tocante a este aspecto, Figueiredo *et al.* (2024) enfatizam que pessoas com TEA podem enfrentar desafios únicos relacionados à sexualidade, pois os prejuízos em habilidades sociais e comunicação potencialmente impactam a expressão e experiência da sexualidade, afetando suas habilidades de compreender e interpretar sinais sociais, emoções e comportamentos não-verbais de outros. Além disso, essas pessoas podem ser mais vulneráveis, pois podem ter compreensão diferente sobre limites e consentimento, aumentando, em muitos casos, o isolamento social.

Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo compreender o que as produções nacionais têm apontado sobre o desenvolvimento da sexualidade das pessoas com TEA.

## MÉTODO

### DELINEAMENTO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de revisão integrativa da literatura. De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008; p. 760) “é uma estratégia metodológica que visa reunir e analisar, de maneira

ampla e sistemática, a produção científica existente sobre um determinado tema “pois, permite a inclusão simultânea de pesquisa experimental e quase-experimental proporcionando uma compreensão mais completa do tema de interesse”, o que configura o delineamento do nosso trabalho.

Gil (2018), ao tratar sobre o delineamento de pesquisa, reforça que este que vai estipular um roteiro base permitindo que outros trabalhos sejam replicados. Nesta perspectiva, agrega-se que a pesquisa de revisão integrativa possibilita a construção de uma análise crítica articulada entre todos os artigos encontrados, gerando um aumento significativo da compreensão de múltiplas vertentes e da interpretação dos resultados encontrados.

Ademais, o estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com o propósito de desenvolver um entendimento contextualizado acerca do objeto de pesquisa. Tal perspectiva, permite conhecer o estado da arte sobre o tema pesquisado (transtorno do espectro do autismo e desenvolvimento da sexualidade), além de promover uma análise crítica que contribua para o aprofundamento teórico e reflexivo de questões incipientes.

## PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Para alcançar o objetivo definido, foi realizado um levantamento dos estudos empíricos inseridos no diretório científico do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES – MEC. Esse banco de dados foi selecionado por ser considerado um dos de maior alcance e divulgação à nível nacional. Por ser considerado um tema em ascensão (sexualidade e TEA), não foi houve a aplicação de recorte temporal e a busca foi realizada no mês de abril de 2025. Em relação aos termos de busca, utilizamos a combinação de: “autis\*” AND “sexualidade”. Como critérios de inclusão, foram selecionadas as produções que apresentaram desde o título os termos da busca, fossem realizadas com brasileiras/os e que fossem pessoas com TEA.

Excluimos pesquisas que se destinavam a outros públicos ou que se tratavam apenas sobre levantamento de dados. As pesquisas duplicadas foram descartadas.

A seleção dos estudos que fundamentaram esta revisão integrativa ocorreu de modo sequencial e rigoroso, assegurando a credibilidade metodológica e alinhamento com os propósitos delineados, sendo: **1)** Inicialmente, foi realizada uma busca sistematizada em bases de dados previamente elencadas, mediante o uso dos descritores definidos no projeto; **2)** Os títulos das produções identificadas foram examinados, visando a identificação das palavras-chave pertinentes ao tema investigado; **3)** Posteriormente, os resumos das obras foram lidos integralmente para realizar uma triagem inicial e selecionar potenciais estudos elegíveis. Aqueles considerados adequados foram submetidos à análise aprofundada de seus conteúdos, proporcionando maior compreensão acerca da relevância e aderência ao objeto focalizado.

Na etapa subsequente, **4)** os estudos classificados como relevantes foram organizados em ordem cronológica, facilitando a visualização do desenvolvimento histórico dos temas abordados. Essa organização permitiu a realização de uma análise de conteúdo guiada pelas questões centrais e norteadoras propostas para a revisão.

O percurso metodológico adotado resultou em uma, **5)** síntese cuidadosa das evidências que apresentam diálogo direto com os objetivos projetados, contribuindo para uma compreensão ampliada e fundamentada do fenômeno pesquisado. A construção dessa síntese baseou-se na triangulação dos achados, na identificação de convergências e divergências entre os estudos, e **6)** na análise crítica dos conteúdos selecionados. Esse percurso metodológico, trouxe evidências que dialogam com os objetivos delineados, oferecendo subsídios para a compreensão ampliada do fenômeno investigado.

Durante o processo de busca no banco de dados da CAPES, após a inserção dos termos, obtivemos o retorno de 26 pesquisas. Terminado os

processos de seleção das pesquisas, descritos acima, restaram oito pesquisas que foram organizadas e seguem na tabela 1, a seguir:

**Tabela 1** – Síntese cronológica e identificação dos estudos analisados

Ano	Autores	Título	Público participante
2003	Maria Juracy Filgueiras Toneli; Daniela Mendes; Mariana Barreto Vavassori; Thais Guedes; Ivana Finkler	Concepções e práticas de adolescentes do sexo masculino sobre sexualidade	12 adolescentes do sexo masculino, estudantes de escolas públicas e privadas do ensino médio em Florianópolis
2017	Rafael De Tilio	Transtornos do Espectro Autista e sexualidade: um relato de caso na perspectiva do cuidador	1 cuidadora (irmã) de um adulto de 35 anos com TEA
2021	Graziela Mezin da Silva; Rafael De Tilio	Discursos de familiares acerca da sexualidade de sujeitos autistas	16 participantes (2 pessoas autistas, 8 mães, 3 pais, 2 irmãos e 1 avô)
2021	Aline Veras Morais Brilhante; Leila Maria de Andrade Filgueira; Samuel Verter Marinho Uchôa Lopes; Nathalie Barreto Saraiva Vilar; Lívia Rocha Mesquita Nóbrega; Ana Juarina Magalhães Verissimo Pouchain; Luiz Carlos Gabriele Sucupira	“Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas	14 adolescentes autistas (15 a 17 anos) de escolas regulares
2023	Sara Carlitos Quinava; Eduardo Espindola Fontoura Júnior; Márcia Regina Martins Alvarenga	Relato de um estudo piloto sobre comunicação em sexualidade com pais de adolescentes com transtorno de espectro autista	2 mães de adolescentes com TEA
2023	Clarice Antunes do Nascimento; Juliana Ribeiro Vargas; Kay Duarte Bezerra	Gênero e sexualidade de jovens com TEA: uma breve análise a partir do podcast Introvertendo	Jovens produtores do podcast Introvertendo (autistas)
2024	Maria Luiza da Silva; Laura Araújo Ferreira; Angela Maria Rosas Cardoso	Adolescência da pessoa com transtorno do espectro do autismo: ótica dos pais	10 pais e mães de adolescentes com TEA atendidos em serviço ambulatorial

Ano	Autores	Título	Público participante
2024	Adriana Onofre Schmitz; Sonia Maria Oliveira de Andrade; Cássia Barbosa Reis; Elenir Rose Jardim Cury	Educação sexual de adolescentes com Autismo: as repre- sentações sociais da sexualidade na perspec- tiva materna	7 mães de adolescentes com TEA

**Fonte:** elaboração própria, 2025.

É importante esclarecer que os artigos empíricos tratam sobre a sexualidade de pessoas com TEA, mas estas podem ou não serem as protagonistas das pesquisas realizadas. Como pode ser averiguado, em algumas pesquisas, as/os participantes são familiares e/ou cuidadoras/es de pessoas com TEA, o que não afeta a análise diante do nosso objetivo proposto. Ademais, os artigos descartados se destinavam a outros públicos ou não se direcionavam a questões sobre a sexualidade das pessoas com TEA, focando sobre as funcionalidades educacionais e de comunicação.

Diante do exposto, tratando-se de uma revisão integrativa, foi realizada uma análise de conteúdo, sistematizando os padrões e as lacunas nas produções selecionadas. Para isso, foram criadas quatro categorias de análise de dados, sendo elas: 1) Capacitismo - os processos de invisibilização da sexualidade; 2) O desenvolvimento da sexualidade e as manifestações sexuais; 3) Cis-heteronormatividade e a ausência de educação sexual; 4) Quebrando paradigmas.

Essas categorias foram elaboradas de modo que permitissem interpretar criticamente os estudos encontrados, de forma reflexiva, evidenciando as contribuições e limites da literatura existente (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados dos estudos selecionados no cenário nacional brasileiro, que compreende o período de 2003 a 2024, foram organizados em quatro categorias de análise de dados e seguem os critérios metodológicos de

revisão integrativa, realizando a sistematização de dados, interpretação crítica e síntese reflexiva do conhecimento produzido.

## AS INTER-RELAÇÕES ENTRE SEXUALIDADE E TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

- **Modelos e concepções acerca do Transtorno do Espectro do Autismo**

A análise integrativa dos oito estudos evidencia compreensões distintas acerca da definição e concepção do TEA. Por um lado, as definições, seguem embasadas nas legislações atuais como modo de estabelecer um mecanismo de luta por direitos. Paralelamente, quando se trata da concepção do TEA os estudos se dividiram entre o modelo médico/patológico e o modelo social da deficiência.

Diante do modelo médico/patológico, é atribuído ao transtorno a característica de “doença”, e, desde modo, as disfunções relacionadas a todos os aspectos do desenvolvimento, inclusive à sexualidade, são consideradas algo a ser curado/controlado. O modelo médico mostra-se predominante em seis dos oito estudos analisados. De Tilio (2017), Silva *et al.* (2024) e Toneli *et al.* (2003) descrevem práticas orientadas pela premissa de que a sexualidade da pessoa com TEA necessita de normalização, frequentemente mediante o uso de intervenções medicamentosas voltadas ao controle de “comportamentos inadequados”. Silva *et al.* (2024) relatam casos em que familiares autorizaram o uso de medicação após associarem manifestações de desejo sexual a comportamentos agressivos, interpretando-os como sintomas patológicos que exigiriam tratamento farmacológico. Gesser e Nuernberg (2014) sustentam que isso ocorre devido às crenças capacitistas de que, pessoas com TEA carecem de competência para vivenciar a sexualidade de forma legítima, autônoma e socialmente aceita, havendo a necessidade de intervenções para isso.

Em contraponto, em dois estudos (Brilhante *et al.*, 2021; Nascimento *et al.*, 2023) surge o modelo da neurodiversidade como uma alternativa conceitual que contesta pressupostos patologizantes. Brilhante *et al.* (2021) argumentam que a mudança de paradigma requer reconhecer que as limitações observadas não decorrem de disfunções inerentes, mas da interação entre fatores subjetivos e contextuais. Sob essa ótica, as intervenções não devem buscar “cura” nem adaptação forçada a normas neurotípicas, mas, antes, promover o desenvolvimento de habilidades, oferecer suporte socioemocional e criar condições que permitam a expressão singular da sexualidade, respeitando o ritmo e as particularidades de cada pessoa com TEA.

Silva e De Tilio (2021) propõem uma posição intermediária particularmente fértil, apoiada na teoria lacaniana dos quatro discursos, para compreender como diferentes estruturas discursivas produzem efeitos distintos sobre as possibilidades de vivência sexual em pessoas com TEA. O chamado “**discurso do mestre**”, geralmente é associado à figura parental, baseando em autoridade e controle; o “**discurso universitário**” ou “**científico**” legitima a normalização e a segregação a partir de um saber especializado; em contraste, o “**discurso psicanalítico**” abre espaço para que a pessoa com TEA construa seus próprios saberes e experiências, vivenciando a sexualidade de forma singular, sem imposição normativa ou terapêutica.

Outro achado relevante refere-se aos “**discursos de irmãos**”, que frequentemente contrastam com os discursos parentais. Silva e De Tilio (2021) documentam o caso de um adolescente típico que ao falar sobre a capacidade do irmão com TEA reconhecia que “ele pode amadurecer psicologicamente e entender” as dimensões da sexualidade, em contraposição à visão dos pais, centrada na negação de sua autonomia sexual. Essa diferença sugere que o afastamento da função de cuidado direto pode favorecer uma percepção mais aberta da agência e da capacidade de autodeterminação da pessoa com TEA.

As implicações práticas dessa disputa paradigmática são substanciais. No médico, as limitações da sexualidade de pessoas com TEA são vistas como inevitáveis, derivadas de déficits neurobiológicos; já no modelo social e da neurodiversidade, as mesmas limitações são compreendidas como produto de barreiras ambientais, ausência de educação sexual acessível, estigma social e restrição de oportunidades de aprendizagem e interação. Essa divergência epistemológica transcende o campo teórico, impactando diretamente o acesso a direitos, a formulação de políticas públicas e as possibilidades concretas de exercício da autonomia e da autodeterminação sexual por pessoas com TEA.

- **Práticas parentais e educacionais diante da sexualidade de pessoas com TEA**

A análise integrada dos oito estudos evidencia a existência de um processo discursivo homogêneo de negação e infantilização da sexualidade de pessoas com TEA, embora com variações significativas nas narrativas estudadas. De Tilio (2017) identificou, em seu relato de caso qualitativo com uma cuidadora, que a família não reconhecia as possibilidades de desenvolvimento biológico e psicológico de um adulto com TEA diagnosticado tardiamente, resultando em infantilização e rejeição de suas manifestações sexuais. De maneira convergente, Silva *et al.* (2024) documentaram que pais de adolescentes com TEA percebem suas/seus filhas/os como “eternas/os crianças”, mantendo expectativas reduzidas quanto ao desenvolvimento sexual e impedindo vivências adequadas à faixa etária.

A metáfora do “anjo azul” emerge como construto discursivo particularmente significativo. Brilhante *et al.* (2021) identificaram que esta expressão, amplamente disseminada no imaginário social, funciona como mecanismo normalizador que infantiliza pessoas com TEA simultaneamente ao invisibiliza-lo em mulheres, particularmente entre aquelas diagnosticadas tardiamente. As/Os próprias/os jovens com TEA entrevistadas/os neste estudo contestaram este rótulo, com declarações que refutam

explicitamente a assexualidade presumida: “Eu não sou um anjo azul. Não nasci para anjo. Não sou assexual”. Esta contestação evidencia a discordância fundamental entre as representações familiares e profissionais e a autopercepção das pessoas com TEA sobre sua própria sexualidade.

No entanto, divergências conceituais significativas emergem quando se consideram perspectivas teóricas distintas. Nascimento *et al.* (2023) demonstraram, através de netnografia de podcast produzido por jovens autistas, que narrativas alternativas desafiam a infantilização hegemônica, posicionando a sexualidade da pessoa com TEA como legítima e singular, não inferior ou retardatária. De maneira similar, Silva e De Tilio (2021) encontraram, mediante análise lacaniana dos discursos familiares, que discursos de irmãos neurotípicos apresentavam maior abertura à possibilidade de autonomia sexual de seus irmãos com TEA, contrapondo-se aos discursos parentais fundamentados no controle e na proteção excessiva.

A negação da sexualidade não constitui fenômeno isolado, mas resultado de articulação complexa entre fatores estruturais: dificuldades de comunicação social características do TEA, limitações nas oportunidades de interação social proporcionadas por familiares, preconceitos sociais arraigados e ausência de modelos que reconheçam a sexualidade da pessoa com TEA como legítima. Tal negação, conforme argumentam Bastos e Deslandes (2012), opera como estratégia defensiva de familiares para lidar com sentimentos e sensações incômodas e angustiantes. Não obstante, esta estratégia produz efeitos limitantes sobre a própria pessoa com TEA, confinando-a em círculo vicioso de subestimação capacitista.

## O “SER” DIANTE DO CORPO – PARADIGMAS ENTRE A EXISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA

### • Cis-heteronormatividade e a ausência de educação sexual

A heteronormatividade compulsória manifesta-se como elemento estrutural nos contextos familiares analisados, evidenciando-se de forma

recorrente em quatro dos estudos examinados (Schmitz *et al.*, 2024; Nascimento *et al.*, 2023; Toneli *et al.*, 2003; Silva; De Tilio, 2021).

Averiguamos, nos estudos selecionados que pais e responsáveis tendem a estimular ativamente o interesse heterossexual, sobretudo entre filhos do sexo masculino, por meio de comentários sexualizados sobre corpos femininos, incentivo implícito à demonstração de interesse por meninas e rejeição explícita de orientações sexuais não heterossexuais. Silva e De Tilio (2021) registraram um caso emblemático em que o pai de um adolescente com TEA expressava preocupação quanto à possível homossexualidade do filho, revelando temor diante da não conformidade às normas de gênero e sexualidade dominantes.

A invisibilização de orientações sexuais não heterossexuais e de identidades de gênero não cisgêneras constitui um problema estrutural em grande parte das investigações. Com exceção de Nascimento *et al.* (2023) e Brilhante *et al.* (2021), que exploraram explicitamente experiências transsexuais, não binárias e de orientações diversas em pessoas com TEA, a maioria dos estudos analisados reproduz a suposição implícita de heterossexualidade universal, omitindo-se de investigar expressões sexuais e identitárias alternativas. Brilhante *et al.* (2021) evidenciaram que pessoas com TEA tendem a apresentar maior diversidade sexual e de gênero em comparação a pessoas neurotípicas, sugerindo que o relativo afastamento das pressões normativas sociais pode favorecer processos de autoaceitação e expressão de identidades não hegemônicas.

Torna-se evidente, ainda, a constatação de que mesmo famílias com elevado nível educacional reproduzem com persistência padrões heteronormativos. Toneli *et al.* (2003), em estudo com adolescentes de classe média urbana, observaram que filhas/os de pais com formação superior mantinham concepções conservadoras sobre gênero e sexualidade, sustentando juízos morais rígidos acerca do comportamento sexual feminino e visões biologizantes sobre a “necessidade sexual” masculina.

A lacuna mais expressiva identificada nas produções analisadas refere-se à quase inexistência de programas educacionais sobre sexualidade

adaptados às especificidades das pessoas com TEA. De Tilio (2017) observou que uma cuidadora investigada nunca havia participado de qualquer capacitação sobre educação sexual, embora o tema fosse fonte recorrente de conflito familiar. De modo semelhante, Schmitz *et al.* (2024) verificaram que apenas “orientações difusas” eram eventualmente oferecidas por profissionais, sem estrutura educativa consistente ou especializada. Silva *et al.* (2024) evidenciaram que familiares reconheciam abertamente suas limitações e expressavam a necessidade de suporte psicológico e de orientação técnica para tratar da sexualidade de forma adequada.

Essas lacunas educacionais não representam falhas pontuais, mas refletem um processo estrutural de invisibilização da sexualidade das pessoas com TEA nos currículos de formação profissional, nas políticas públicas de saúde e educação e nas agendas sociais sobre deficiência. Embora a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) assegure direitos sexuais e reprodutivos plenos a todas as pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA, a efetividade dessas garantias legais ainda não se traduz em práticas educativas acessíveis ou em orientações familiares adequadas, perpetuando um hiato entre o reconhecimento normativo e a realidade vivida.

#### • **Manifestações de um corpo em movimento**

A masturbação emerge, de forma convergente em seis dos oito estudos analisados, como expressão sexual predominante relatada por familiares e documentada em pesquisas com pessoas com TEA (De Tilio, 2017; Schmitz *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2024; Silva e De Tilio, 2021; Brilhante *et al.*, 2021). Essa prevalência não representa, conforme argumenta a literatura examinada, uma característica intrínseca ao desenvolvimento sexual de pessoas com TEA, mas resulta de múltiplos fatores sociais que restringem as possibilidades de expressão sexual relacional.

A ambivalência parental diante da masturbação constitui fenômeno recorrente. Familiares relatam aceitação condicionada quando a prática

ocorre em contextos privados, mas expressam forte repressão quando manifestada ou mencionada publicamente. Essa dinâmica reflete que a sexualidade da pessoa com deficiência e TEA, permanece enraizada pelos mitos, estigmas e discriminações. Silva *et al.* (2024) documentaram que mães percebem a masturbação como uma “necessidade fisiológica” a ser exercida exclusivamente em espaços privados, evidenciando uma compreensão biologizante que desconsidera as dimensões psicológicas, afetivas e relacionais da sexualidade.

As estratégias familiares para disciplinar práticas masturbatórias revelam-se multifacetadas: correções verbais repetidas, estabelecimento de regras sobre fechamento de portas, orientações sobre espaços apropriados e, em casos mais extremos, o uso de medicação para controle de impulsos sexuais. Tais práticas, embora apresentadas como educativas, configuram formas de domesticação que reforçam a ideia de que a sexualidade da pessoa com TEA requer monitoramento constante e conformidade a normas heteronormativas, o que em muitos casos pode levar às práticas de esterilização compulsória.

Schmitz *et al.* (2024) discorre que adolescentes com TEA demonstram maior diversidade de manifestações sexuais, frequentemente não limitadas à masturbação solitária, incluindo condutas automanipulativas complexas, interesses fora da heteronorma (como fetichismo por sapatos) e curiosidade em relação à pornografia. Essas manifestações, quando estigmatizadas e/ou reprimidas, não desaparecem, mas tendem a resultar em maior isolamento social e no desenvolvimento de comportamentos considerados “inadequados” socialmente, perpetuando um ciclo de marginalização e controle.

Particularmente crítico é o reconhecimento, evidenciado em Ottoni e Maia (2019), de que mesmo a masturbação, enquanto expressão sexual legítima, requer oportunidades de educação sobre sua prática adequada em contextos sociais específicos. A ausência dessa educação especializada configura violação de direitos sexuais, na medida em que nega às

peças com TEA a possibilidade de aprender comportamentos socialmente aceitáveis, perpetuando ciclos de inadequação e exclusão social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o que as produções nacionais têm apontado sobre o desenvolvimento da sexualidade das pessoas com TEA, abordando a importância da destacada conexão entre a sexualidade e a realidade destas pessoas.

Apesar da legislação brasileira assegurar direitos sexuais e reprodutivos para esse grupo, como estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a realidade vivida ainda reflete uma lacuna significativa entre o que é normatizado e o que é praticado. A falta de práticas educativas acessíveis e orientações adequadas para as famílias perpetua essa situação, necessitando de um olhar mais atento e ações efetivas para que os direitos sejam realmente garantidos.

Além disso, a metodologia utilizada na coleta de dados revelou a relevância do tema, uma vez que a análise de estudos empíricos e a consideração de termos específicos demonstraram a necessidade de um aprofundamento nas pesquisas sobre sexualidade e TEA. O processo rigoroso de seleção e avaliação dos artigos contribuiu para uma compreensão mais abrangente sobre a subjetividade e as especificidades das experiências das pessoas com TEA no campo da sexualidade. Esses achados evidenciam que, apesar dos avanços legais, a implementação de políticas públicas e práticas efetivas ainda requereria um comprometimento contínuo de profissionais e instituições.

Por fim, é imprescindível que as discussões sobre sexualidade e TEA sejam incorporadas de maneira permanente no discurso social e educativo, visando não apenas a sensibilização da sociedade, mas também a formação de profissionais capacitados para lidar com essas questões. A inclusão e a promoção da saúde sexual das pessoas com TEA dependem

de um esforço colaborativo que considere as necessidades e direitos individuais.

Como limitações do estudo, está a pouca abrangência das bases de dados e para estudos futuros, uma necessidade, seria pesquisar acerca da influência das limitações comportamentais que as pessoas com TEA possuem na sua sexualidade, além da influência do uso da linguagem não verbal nas relações afetivas.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION(APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION(APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-5**. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAIO, Jon. Prevalence of autism spectrum disorder among children aged 8 years—autism and developmental disabilities monitoring network, 11 sites, United States, 2014. **MMWR. Surveillance summaries**, v. 67, 2018.

BAUMINGER, Nirit; KASARI, Connie. Loneliness and friendship in high-functioning children with autism. **Child development**, v. 71, n. 2, p. 447-456, 2000.

BAUMINGER, Nirit; SHULMAN, Cory; AGAM, Galit. Peer interaction and loneliness in high-functioning children with autism. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 33, n. 5, p. 489-507, 2003.

BENFORD, Penny; STANDEN, P. J. The internet: a comfortable communication medium for people with Asperger syndrome (AS) and high functioning autism (HFA)?. **Journal of Assistive Technologies**, v. 3, n. 2, p. 44-53, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: MEC/SEESP, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

BRILHANTE, Aline Veras Moraes et al. “Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. **Ciência & saúde coletiva**, v. 26, p. 417-423, 2021.

DAVIDSON, Joyce. Autistic culture online: Virtual communication and cultural expression on the spectrum. **Social & cultural geography**, v. 9, n. 7, p. 791-806, 2008.

DEKKER, Linda P. et al. Improving psychosexual knowledge in adolescents with autism spectrum disorder: pilot of the tackling teenage training program. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 45, n. 6, p. 1532-1540, 2015.

DEWINTER, Jhon et al. Parental awareness of sexual experience in adolescent boys with autism spectrum disorder. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 46, n. 2, p. 713-719, 2016.

LI, Qian et al. Prevalence of autism spectrum disorder among children and adolescents in the United States from 2019 to 2020. **JAMA pediatrics**, v. 176, n. 9, p. 943-945, 2022.

MAENNER, Matthew J. Prevalence and characteristics of autism spectrum disorder among children aged 8 years—autism and developmental disabilities monitoring network, 11 sites, United States, 2018. **MMWR. Surveillance Summaries**, v. 70, 2021.

MAENNER, Matthew J. Prevalence of autism spectrum disorder among children aged 8 years—autism and developmental disabilities monitoring network, 11 sites, United States, 2016. **MMWR. Surveillance summaries**, v. 69, 2020.

MÁLAGA, Ignacio et al. Prevalence of autism spectrum disorders in USA, Europe and Spain: Coincidences and discrepancies. **Medicina**, v. 79, n. Suppl 1, p. 4-9, 2019.

NASCIMENTO, C. A.; RIBEIRO VARGAS, J. .; DUARTE BEZERRA, K. Gênero e Sexualidade de Jovens com TEA : uma breve análise a partir do Pdcast Introver-

tendo. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 32, n. 72, p. 301-319, 2023.

OTTONI, Ana Carla Vieira; MAIA, Ana Claudia Bortolozzi. Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com transtorno do espectro autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1265-1283, 2019.

QUINAVALVA, Sara Carlitos; JÚNIOR, Eduardo Espíndola Fontoura; ALVARENGA, Márcia Regina Martins. Relato de um estudo piloto sobre comunicação em sexualidade com pais de adolescentes com transtorno de espectro autista. **Saberes Plurais Educação na Saúde**, v. 7, n. 2, p. e133414-e133414, 2023.

SAAD, Amanda Pereira Risso; BASTOS, P. R. H. O.; SOUZA, G. A. C. Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista: singularidades do desenvolvimento psicossocial. **Revista Educação Especial. Santa Maria**, v. 33, 2020.

SANTOS, Vivian; ELIAS, Nassim Chamel. Caracterização das Matrículas dos Alunos com Transtorno do Espectro do Autismo por Regiões Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 4, p. 465-482, 2018.

SCHMIDT, Carlo et al Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Revista Psicologia: teoria e prática**, v.01, n.18, São Paulo, p.222-235, 2016.

SCHMITZ, A. O.; ANDRADE, S. M. O. de; REIS, C. B.; CURY, E. R. J. Educação sexual de adolescentes com Autismo, as representações sociais da sexualidade na perspectiva materna. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 7, p. e8378, 2024.

SILVA, Graziela Mezin da; TILIO, Rafael De. Discursos de Familiares acerca da Sexualidade de Sujeitos Autistas. **Revista Subjetividades**, v. 21, n. 2, p. 1-16, 2021.

SILVA, Maria Luiza da; FERREIRA, Laura Araújo; CARDOSO, Angela Maria Rosas. Adolescência da pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo: ótica dos pais. **Comunicação em Ciências da Saúde**, 2024.

SILVA, Silvio Eder Dias et al. A família, o cuidar e o desenvolvimento da criança autista. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 6, n. 3, p. 334-341, 2018.

TILIO, Rafael. Transtornos do Espectro Autista e sexualidade: um relato de caso na perspectiva do cuidador. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 7, n. 1, p. 36-58, 2017.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras et al. Concepções e práticas de adolescentes do sexo masculino sobre sexualidade. **Psico-USF**, v. 8, p. 203-211, 2003.